

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
REQUERIMENTO Nº , de 2013
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a Resolução CONAMA 457, de 2013, que dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública para discutir a Resolução CONAMA 457, de 2013, que dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Coronel Marcelo Robis Francisco Nassaro – Comando do Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo;
- Roberto Cabral Borges – Divisão de Fiscalização da Fauna do IBAMA;
- José Esteves de Lacerda Filho – Secretário de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso;
- Daniel Glaessel Ramalho - Câmara de Assuntos Jurídicos do CONAMA;
- Lisiane Serra – ONG Mira Serra;
- Dr. Pedro Ynterian, presidente do Projeto GAP Brasil;

- Lilian Rockenbach, coordenadora do Movimento Crueldade Nunca mais;
- Cristina Harumi Adania, veterinária e coordenadora de fauna da Associação Mata Ciliar; e
- Vania Tuglio, promotora de Justiça do Ministério Público de SP e Coordenadora do Gecap (Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo).

Justificativa

No último dia 26/06/2013, o Diário Oficial da União (DOU) publicou a Resolução n.º 457 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Tal proposição tem sido vista pelas entidades ambientalistas como um dos maiores retrocessos da história ambiental brasileira.

Segundo os críticos, a partir da data de publicação fica autorizado, oficialmente, o tráfico de animais silvestres em território brasileiro, haja vista que a resolução permite que cada cidadão brasileiro tenha legalmente a posse e a propriedade de até dez animais de origem ilegal.

Ainda segundo as entidades ambientalistas, o que o Poder Público está propondo é o privilégio à ilegalidade e o estímulo à impunidade. O Ministério do Meio Ambiente, ao referendar essa iniciativa, contraria o conceito de bem-estar animal e foge do rigor no combate ao tráfico de animais. A Resolução irá comprometer ainda mais a responsabilidade que foi transferida aos estados para gestão e fiscalização da fauna em cativeiro.

Por outro lado, os órgãos de fiscalização, em especial o IBAMA e as Polícias Ambientais, defendem o texto da resolução afirmando que a nova norma vai estabelecer regras objetivas para o depósito e a guarda de animais apreendidos. Segundo o Coronel Marcelo Robis, do Comando de Policiamento do Estado de São Paulo, não existem espaços adequados, nos órgãos de fiscalização, para receber os animais de origem ilegal, e a falta de espaço e de alimentação inadequados são as principais causas de morte da fauna silvestre apreendida e encaminhada para os centros de triagem.

Essa Audiência Pública, para a qual solicito apoio dos meus pares, tem por objetivo oportunizar os interessados a apresentarem seus argumentos a favor ou contra a Resolução 457, de 2013, de forma transparente, e nos auxiliará a firmar a convicção a respeito do assunto em debate.

Sala das Reuniões, 03 de dezembro de 2013.

Dep. Arnaldo Jordy
PPS - PA